## Da Agência Estado

O painel eletrônico da Câmara também pode ser violado, a exemplo do que ocorreu no Senado durante a cassação do mandato de Luiz Estevão, Contudo, numa sessão para votar perda de mandato, os deputados não correm o risco de ter seus votos revelados porque o regimento da Casa determina o uso de cédulas de papel. Em agosto passado, o ex-deputado Hildebrando Pascoal (AC) teve seu mandato cassado em votação secreta, com cédulas colocadas em uma urna dentro de uma pequena sala instalada no plenário.

Mas ainda assim o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), ficou preocupado com uma eventual violação do painel da Casa. No início de março pediu informações à M.l. Montreal Informática Ltda., empresa responsável pela instalação e manutenção do painel, em funcionamento desde 1998, sobre a possibilidade de violação. No ofício, Aécio argumenta que as informações foram solicitadas em "caráter preventivo". "Apesar de considerar o sistema extremamente seguro, podemos adotar quaisquer outras medidas que possam deixá-lo ainda mais seguro, se necessário for", diz Aécio no documento.

Diferentemente do Senado, que não tem em seu regimento determinações sobre casos de votação eletrônica, o da Câmara, no artigo 188, deixa claro os dois casos em que é possível a votação secreta no painel eletrônico. A primeira possibilidade é que a votação secreta seja pedida por meio de uma deliberação do Executivo, durante estado de sítio, para a suspensão de imunidades de deputados. A outra é quando a votação secreta for so-

licitada por um décimo (51 deputados) dos parlamentares ou de líderes partidários que representem esse número. Nenhum dos casos ocorreu até hoje.

## **EQUIPAMENTOS**

🔈 documento da Montreal, assinado pelo gerente de 🗸 novas tecnologias, Antonio Carlos Censi, defende que não há possibilidade de acesso externo ao sistema de votação eletrônico da Casa, em escrutínio secreto ou não, por este ser "isolado e restrito ao ambiente da sala de equipamentos". Porém, ele admite que o acesso da qualidade dos votos pode ser feito de duas formas: "espionando" qual a tecla que está sendo apertada para selecionar o voto e na leitura da tabela temporária que armazena os dados da votação, durante o processo.

Pela quantidade de dificuldades descritas para o acesso à tabela temporária, o texto dá a entender que a forma possível de se violar o voto é na "espionagem" ou no caso de um funcionário da Montreal revelar o conteúdo da tabela temporária.

Para impedir essa "espionagem", de acordo com Carlos Censi, é descrita a construção do teclado na bancada de cada deputado tornando a alternativa "impossível". O teclado fica na parte inferior da mesa. No outro caso, a Montreal acaba por se colocar como única responsável no caso de uma violação desta tabela temporária.

Na tabela, o campo da qualidade (nome do deputado) é criptografado (por sinais); o tratamento dos dados é executado no servidor central, na empresa; e o número de funcionários com acesso a ela é "o mais restrito possível", com password (senha) não divulgada.